

Bruna de Souza Medina 

Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade
Universidade da Região de Joinville – Univille
bruna_s_medina@hotmail.com

Raquel Alvarenga Sena Venera 

Professora Doutora
Universidade da Região de Joinville – Univille
raquelsenavenera@gmail.com

MULHERES E PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO BANCO DE DADOS PERIÓDICOS DA CAPES

Resumo

Esse artigo tem como objetivo discutir a temática das mulheres no contexto das produções científicas sobre patrimônio cultural, a partir de uma investigação orientada pela metodologia do Estado do Conhecimento (Romanowski; Ens, 2006), utilizando o banco de periódicos CAPES. Os descritores utilizados foram: “patrimônio” e “mulher”, com intuito de verificar como se articulam as produções que abordam essas temáticas de forma integrada. Em um primeiro momento, foi observado o número de publicações em um recorte temporal de cinco anos, compreendidos entre 1991 e 2024. Constatou-se que, a partir de 2006, houve um crescimento significativo no número de artigos publicados. Em seguida, foram analisados os títulos que sugeriam sentidos aproximados aos descritores, resultando na seleção de 31 artigos para análises de seus respectivos resumos. A partir dessa análise, foram selecionados oito artigos que apresentam uma articulação entre as temáticas investigadas. Estes são apresentados neste trabalho por meio de uma análise bibliográfica narrativa, orientada pelas contribuições de Canuto e Oliveira (2020) e Rother, (2007). A análise evidenciou possibilidades de diálogo e problematização do patrimônio cultural a partir da história das mulheres, bem como a necessidade de abordar os patrimônios femininos e as complexidades inerentes a essa relação.

Palavras-chave: patrimônio; mulheres; revisão bibliográfica; Estado do Conhecimento; gênero.

WOMEN AND HERITAGE: AN ANALYSIS OF ARTICLES PUBLISHED IN THE CAPES JOURNALS DATABASE

Abstract

This article aims to discuss the theme of women in the context of scientific productions on cultural heritage, based on research guided by the State of Knowledge methodology (Romanowski; Ens, 2006), using the CAPES journal database. The descriptors used were: “heritage” and “women,” with the aim of verifying how publications that address these themes in an integrated manner are articulated. Initially, the number of publications was observed over a five-year period, between 1991 and 2024. It was found that, starting in 2006, there was a significant increase in the number of articles published. Next, the titles that suggested meanings close to the descriptors were analyzed, resulting in the selection of 31 articles for analysis of their respective abstracts. Based on this analysis, eight articles were selected that present an articulation between the themes investigated. These are presented in this paper through a narrative bibliographic analysis, guided by the contributions of Canuto and Oliveira (2020) and Rother (2007). The analysis highlighted possibilities for dialogue and problematization of cultural heritage based on women's history, as well as the need to address women's heritage and the complexities inherent in this relationship.

Keywords: heritage; women; literature review; state of knowledge; gender.

INTRODUÇÃO

Os patrimônios culturais são historicamente conhecidos por operarem como vetores de identidades e memórias de comunidades, cidades e nações. Todavia, esse processo não contempla as múltiplas identidades e memórias pertencentes aos diversos grupos que ali vivem. Ao contrário, constitui registros de disputas políticas por memórias mais ou menos hegemônicas ao longo do tempo. Mesmo diante dessa seleção, os patrimônios culturais estão sob influência do que Smith (2006) denomina como discurso autorizado do patrimônio (DAP). Esse discurso determina o que deve ou não ser preservado como patrimônio e, consequentemente, quais identidades e memórias são contempladas e devem ser lembradas ao longo da história.

Smith (2021) aponta que existem diversos discursos sobre o patrimônio. Contudo, o DAP, desenvolvido na Europa desde o século XIX, atua principalmente na “[...] prática profissional da gestão e conservação do patrimônio” (Smith, 2021, p.140), com ênfase no patrimônio material. Essa abordagem constrói a ideia de um patrimônio inato, frágil, finito e concebido como herança, cabendo aos especialistas o cuidado, a conservação e transmissão desse passado às gerações futuras. “O Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD) constrói não apenas uma definição particular de patrimônio, mas também uma mentalidade autorizada, a qual é acionada para entender e lidar com certos problemas sociais centrados em reivindicações identitárias” (Smith, 2021, p.144).

O DAP está presente nos discursos sobre a história nacional e seus patrimônios, de tal forma que “o patrimônio autorizado tende a reforçar a legitimidade de narrativas históricas consensuais ou recebidas” (Smith, 2021, p.146), conferindo legitimidade a determinadas experiências e excluindo outras, o que impacta, segundo a autora, na equidade social. Torna-se, portanto, uma ferramenta social que tanto pode reforçar a desigualdade na representação entre homens e mulheres quanto pode servir à luta pela equidade. Smith (2008, p.159, tradução nossa) aponta que “o patrimônio é marcado pelo gênero, na medida em que, com muita frequência, é “masculino” e conta uma história predominantemente centrada no homem, promovendo uma visão masculina e, em particular, elite-anglo-masculina do passado e do presente”.

MULHERES E PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS
PUBLICADOS NO BANCO DE DADOS PERIÓDICOS DA CAPES

Esse fenômeno pôde ser observado na abertura dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, a primeira realizada fora de um estádio. Além da inovação visual do espetáculo ao ar livre, realizado às margens do Rio Sena, um dos momentos marcantes — e que gerou ampla repercussão midiática — foi o ato denominado “Sororidade”, no qual emergiram do Rio Sena dez estátuas de mulheres que desempenharam papéis relevantes na história da França. Segundo reportagem da Marie Claire (2024, *online*), essas mulheres “[...] em vida, deixaram grande contribuição social, política e cultural no país e no mundo; e que, sobretudo, usaram suas vozes para fazer avançar os direitos civis das mulheres”. As homenageadas foram: Olympe de Gouges (1748-1793); Alice Milliat (1884-1957); Gisèle Halimi (1927-2020); Simone de Beauvoir (1908-1986); Paulette Nardal (1896-1985); Jeanne Barret (1740-1807); Louise Michel (1830-1905); Christine de Pizan (1364-1431); Alice Guy (1873-1968); e Simone Veil (1927-2017)¹.

Figura 1. Estátuas de Mulheres Inauguradas na Abertura dos Jogos Olímpicos de Paris 2024. Fonte: Graziella de Soriraparis. Disponível em: <https://www.sortiraparis.com/pt/o-que-visitar-em-paris/exposicao-museu/articles/317627-estatuas-das-10-mulheres-de-ouro-da-cerimonia-de-abertura-expostas-na-assembleia-nacional#:~:text=Durante%20a%20cerim%C3%ADnia%20de%20abertura,expostas%20temporariamente%20na%20Assembleia%20Nacional!>



Segundo Sortiraparis (2024), as estátuas permaneceram expostas temporariamente na Assembleia Nacional até que fosse definido um local permanente para sua instalação. Tal iniciativa do Comitê Olímpico francês ocorreu em razão do desequilíbrio na representação de gênero nas homenagens públicas, em “Paris, as estátuas são predominantemente de homens, com 260 figuras masculinas contra **40 femininas** [...]” (Sortiraparis, 2024, *online*). Além disso, a ação gerou ampla repercussão nas mídias,

¹ Comitê Olímpico. 26 jul. 2024. Disponível em: <https://olympics.com/pt/paris-2024/tempo-real/6a90680f-fc8d-4134-88c9-9abccb1f8440>. Acesso em: 05 dez. 2024.

MULHERES E PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO BANCO DE DADOS PERIÓDICOS DA CAPES

especialmente em torno da identidade das mulheres homenageadas e da relevância histórica de suas contribuições².

Esse caso francês corrobora a argumento de Smith (2008) e representa uma iniciativa simbólica de reparação histórica. A autora afirma que o gênero é frequentemente compreendido como algo feminino e, portanto, como responsabilidade das mulheres, o que contribui para a consolidação de um Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP) que não contempla adequadamente as experiências femininas. O homem, por sua vez, ao não ser entendido como um gênero, atua de forma universal na cena pública, criando, legitimando e consolidando o DAP.

Para Smith (2008), é possível destacar dois problemas centrais na relação de gênero e patrimônio cultural. O primeiro “diz respeito ao grau em que as cidades e os locais importantes para a história e a experiência das mulheres são negligenciados nos registros de patrimônio conservado ou preservado” (Smith, 2008, p.162, tradução nossa). E o segundo problema diz respeito “ao grau em que as histórias contadas em locais de patrimônio e museus tendem a transmitir e legitimar estereótipos de gênero de homens e mulheres” (Smith, 2008, p.162, tradução nossa).

A autora chama atenção para o fato de que a categoria gênero permanece, em grande medida, ausente nos discursos sobre patrimônio, bem como de sua definição e práticas. Tal ausência contribui para a reprodução de desigualdades entre homens e mulheres, uma vez que o patrimônio pode ser compreendido “como um processo por meio do qual as nossas identidades, incluindo as identidades de gênero e o significado social e cultural, são mediados e trabalhados” (Mattes; Gusso, 2022, p.78).

Diante da relevância da problematização dos patrimônios culturais, material e imaterial, sob a perspectiva de gênero, este artigo apresenta uma análise das produções científicas disponíveis no banco de periódicos da Capes, com o objetivo de compreender como as pesquisas têm abordado e articulado essa

² Publicações sobre quem eram as mulheres homenageadas foram feitas, por exemplo, pelo Portal Terra e pelo Globo. Disponíveis em: <https://www.terra.com.br/nos/olimpiadas-de-paris-quem-sao-as-mulheres-que-ganham-estatuas-em-cerimonia-de-abertura,26038e90906655423a73c088202258c5ysn5xm02.html>; <https://oglobo.globo.com/ela/gente/noticia/2024/07/26/quem-sao-as-mulheres-homenageadas-na-cerimonia-de-abertura-de-paris.ghtml>; e pelo Uol, disponível: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2024/07/26/cerimonia-de-abertura-de-paris-2024-homenageia-mulheres-que-marcaram-historia-da-franca.htm>.

temática. Os artigos foram localizados a partir do descritor “mulheres” e “patrimônio”, considerando o recorte temporal entre 1991 e 2024. Cabe destacar que este artigo integra uma pesquisa de tese em andamento, que aborda o corpo biográfico de mulheres universitárias e o patrimônio cultural.

Incialmente, o artigo expõe o estado do conhecimento realizado, apresentando os dados quantitativos obtidos na busca pelo portal de periódicos da CAPES. Em seguida, descreve-se o processo de seleção dos artigos e a análise de seus conteúdos. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas reflexões e apontamentos sobre o tema, com vistas a contribuir para o debate acerca da inclusão das mulheres nas narrativas patrimoniais.

ESTADO DO CONHECIMENTO EM DIÁLOGO COM A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NARRATIVA

A metodologia utilizada para a construção desse artigo foi o estado do conhecimento, uma vez que “aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado” (Romanowski; Ens, 2006, p.40), com foco nos artigos disponíveis no Banco de Periódicos da CAPES. Essa metodologia busca mapear, levantar e discutir produções acadêmicas de diferentes campos, obtendo, assim, dados quantitativos e qualitativos (Ferreira, 2002). Somada a essa abordagem, utilizou-se também a pesquisa bibliográfica narrativa, que permite descrever e discutir os artigos encontrado por meio do método Estado do Conhecimento (Canuto; Oliveira, 2020; Rother, 2007).

O banco de dados utilizados para essa pesquisa foi o portal de periódicos da CAPES³, considerando o recorte temporal de 1991 a 2024. O descritor aplicado na busca foi: “patrimônio + mulheres”. A pesquisa inicial indicou 331 resultados entre artigos e outros tipos de publicações; ao filtrar apenas por artigos científicos, a plataforma retornou 286 artigos. As produções encontradas foram organizadas em intervalo de cinco anos (Figura 2), com o objetivo de facilitar a visualização do crescimento das publicações sobre o tema. Observa-se que, entre 2006 e 2010, houve um crescimento no número de artigos, tendência que se manteve no recorte de 2011 a 2015. Entre 2016 e 2020, verificou-se um aumento significativo nas publicações. Embora o período de 2021 a 2024 apresente uma leve queda em relação aos anos anteriores, é importante

³ A pesquisa no banco de dados foi realizada em 10 set. 2024.

destacar que se trata do recorte temporal ainda em curso, com um ano a menos em comparação aos demais. Além disso, esse intervalo foi impactado pela pandemia de Covid-19, o que impossibilita concluir, de forma proporcional, que houve uma diminuição na produção científica sobre o tema.

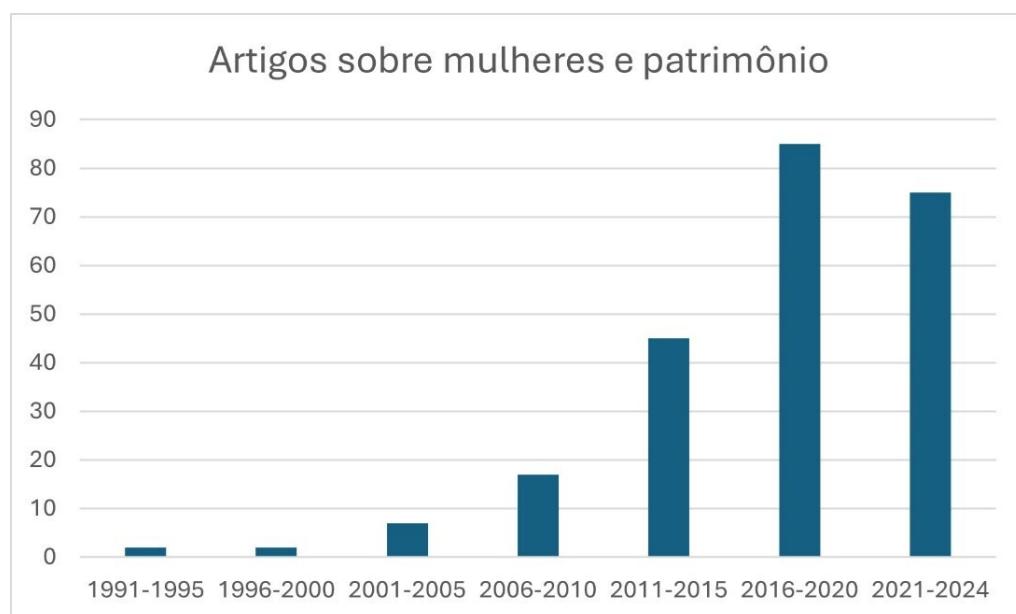


Figura 2. Artigos organizados em fração de 5 anos. Fonte: Da autora, 2024.

Uma hipótese relevante a ser considerada é que o crescimento das publicações científicas sobre mulheres e patrimônio pode estar relacionada ao desenvolvimento das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil. De acordo com o estudo *“De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020”*, realizado em 2023 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o objetivo da pesquisa é analisar os avanços e retrocessos das políticas públicas para mulheres no período de 2003 a 2020, embora também apresente um panorama inicial dessas políticas. Segundo o estudo, as mobilizações de mulheres em torno de políticas públicas já ocorriam anteriormente, ganhando maior visibilidade com o processo constituinte de 1985, especialmente com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (Ipea, 2023).

No entanto, é apenas em 2002 que essas políticas passaram a ser institucionalizadas. Entre 2003 e 2014, observa-se a consolidação da agenda política para voltada às mulheres, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que, ao adquirir status ministerial, viabilizou a elaboração de três Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, além da promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006. Essa legislação representou um marco na garantia de segurança e no fortalecimento do empoderamento

feminino, criando respaldo para investimentos políticos em prol das mulheres (Ipea, 2003, p.6). Importante destacar que esse contexto é marcado por avanços e retrocessos, refletindo a complexidade das dinâmicas políticas e sociais. Ainda assim, é possível inferir que os dados sobre o crescimento das produções científicas e o fortalecimento das políticas públicas não estão dissociados.

O avanço das discussões sobre os direitos das mulheres também se traduziu em problematizações acadêmicas, contribuindo para a ampliação do conhecimento científico relacionado às questões de gênero. Uma vez que essas políticas e avanços criaram condições institucionais, financeiras e simbólicas para a pesquisa acadêmica, ao criar demandas de dados, diagnósticos e teorias que fortaleceram a formulação e avaliação dessas políticas. Contribuindo também, com a presença de pesquisadoras e da perspectiva feminista na produção de conhecimento

O próximo passo da pesquisa constituiu na análise dos 286 artigos identificados no banco de dados, a partir dos descritores “patrimônio” e “mulheres”, sem aplicação de filtro quanto ao idioma das publicações⁴. Diante disso, realizou-se um primeiro filtro, no qual foram selecionados 31 artigos cujos títulos indicavam possível articulação entre os termos do descritor, com o objetivo de analisar seus resumos e verificar a abordagem temática. Os artigos que, em seus resumos, não discutiam de forma explícita ou implícita a relação entre os descritores foram excluídos da análise. Ao final desse processo, foram selecionados oito artigos para o aprofundamento da análise bibliográfica narrativa, conforme apresentado no Quadro 1.

Nº	Título	Autor(a)	Ano
1	Patrimônio e mulheres: o caso da escola de enfermagem da Universidade Federal da Bahia	Sidélia Santos Teixeira	2011
2	O patrimônio sob o enfoque de gênero: perspectivas para a educação em cidades históricas	Hilda Jaqueline de Fraga	2016
3	Cantilenas de Goiás: memória, gênero e patrimônios das culturas negras na obra de Regina Lacerda	Paulo Britto do Prado	2017
4	Mujeres y patrimonio cultural: el desafío de preservar lo que se invisibiliza	Jaqueline Vassallo	2018

⁴ Observou-se que muitos artigos abordavam apenas um dos descritores e que diversos tratavam do patrimônio na sua dimensão financeira, de posse e propriedade privada, o que difere da concepção de patrimônio como bem cultural adotada neste estudo.

5	Problemas de patrimônio como problemas de gênero: disjunções entre feminismo e cultura popular na festa de Santo Antônio em Barbalha (CE)	Roberto Marques	2020
6	Patrimônio cultural e história das mulheres: reflexões e possibilidades didáticas	Jaqueleine Aparecida Martins Zarbato	2021
7	Patrimônio e identidade regional: tradições doceiras em perspectiva	Egrimont Wagner Teixeira Neto, Filipe Augusto Couto Barbosa, Janine Helfst Leicht Collaço	2021
8	Mulheres e o debate público sobre patrimônio no Brasil (1937-1966)	Riler Barbosa Scarpati	2023

Quadro 1.

Artigos selecionados.
Fonte: Da autora, 2024.

No artigo *Mujeres y patrimonio cultural: el desafío de preservar lo que se invisibiliza*, Jaqueleine Vassallo (2018) aponta que o feminismo, ao questionar a invisibilidade, a ausência de preservação e a organização institucional no que diz respeito a documentos, fontes e bens culturais sobre e produzidos por mulheres, contribuiu, de certa forma, para a criação de “centros de documentação, arquivos, bibliotecas, livrarias e museus de/sobre mulheres com o objetivo de preservar, valorizar e divulgar o patrimônio cultural das mulheres” (Vassallo, 2018, p. 81, tradução nossa). A autora apresenta exemplos de instituições latino-americanas e europeias, como as citadas no artigo, além de destacar o trabalho realizado na Universidade Nacional de Córdoba. Nessa instituição, foi realizado um levantamento da documentação relacionada às mulheres e elaborado um índice com os arquivos das estudantes. A partir desse levantamento, constatou-se que as mulheres ingressaram na universidade em 1884, inicialmente na formação de parteiras, e, a partir da década de 1930, passaram a acessar cursos tradicionalmente masculinos, como arquitetura e engenharia. O artigo também aponta que a UNESCO “atrasou o trabalho de vincular o patrimônio cultural às questões de gênero em geral, e à consideração dos arquivos, como parte do patrimônio cultural global das mulheres, em particular” (Vassallo, 2018, p. 86, tradução nossa). A autora destaca, ainda, a importância dos arquivos para a salvaguarda do patrimônio documental e cultural, ressaltando que a incorporação da perspectiva de gênero no campo arquivístico constitui uma estratégia fundamental para a preservação do patrimônio cultural das mulheres (Vassallo, 2018).

O artigo *Mulheres e o debate público sobre patrimônio no Brasil (1937-1966)*, de Riler Barbosa Scarpati (2023), analisa a participação, presença e os escritos de mulheres em duas revistas de patrimônio. A *Revista do Patrimônio*, editada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, no período de 1937 a 1961, evidencia que as mulheres representavam 9,3% dos autores, tendo publicado em oito edições da revista, de um total de quinze analisadas. Seus textos correspondiam a 10% do conteúdo, com quinze artigos assinados por mulheres, entre os 150 publicados. A segunda revista analisada é a *Revista de História e Arte*, editada por Augusto de Lima Júnior, com o propósito de servir como “um meio de crítica às políticas do órgão liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade” (Scarpati, 2023, p.179). O período de análise compreende os anos de 1963 a 1966, duração da publicação. A presença feminina representava 6% dos autores; dos sete números publicados, apenas dois continham textos escritos por mulheres, totalizando dois artigos entre os 130 publicados — cerca de 1,5%.

A autora selecionou “[...] as trajetórias e os textos de Hanna Levy, Judith Martins e Nair Batista na Revista do Patrimônio e Maria Rita de Lima Lustosa na Revista de História e Arte.” (Scarpati, 2023, p. 180). A baixa participação e o acesso restrito das mulheres à produção intelectual da época também se explicam pelo contexto histórico, em que o letramento não era amplamente acessível a diversas camadas da população, incluindo as mulheres. A análise dos escritos revela que os textos dessas mulheres não se distanciaram dos objetivos editoriais das revistas nem do pensamento dominante sobre patrimônio naquele período, “que diz respeito ao passado eleito para se converter em patrimônio nacional, ou seja, aquele passado onde o legado colonial português na formação do Brasil era elogiado e louvado ou, mais amplamente, o legado europeu e cristão” (Scarpati, 2023, p. 192)

No artigo intitulado *O patrimônio sob o enfoque de gênero: perspectivas para a educação em cidades históricas*, Hilda Jaqueline de Fraga (2016), a partir da cidade de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, relata um trabalho pedagógico desenvolvido a partir dos patrimônios no centro histórico e os acervos das instituições da cidade para

apresentar possibilidades de uma abordagem dos patrimônios, desde o enfoque de gênero com o objetivo de propor situações de aprendizagem com vistas à superação de narrativas e práticas hegemônicas que invisibilizam a participação das mulheres enquanto sujeitos históricos e produtoras culturais nas cidades (Fraga, 2016, p.1).

Por meio dessa abordagem pedagógica, a autora problematiza a memória e os discursos políticos da cidade, utilizando o patrimônio como uma fonte de reflexão crítica. O artigo descreve as etapas das atividades realizadas, que culminaram na elaboração de um esboço de circuito patrimonial destacando a história e atuação das mulheres, tanto em espaços públicos quanto privados, em Jaguarão, entre o século XIX e a primeira metade do século XX. Dois exemplos são abordados no artigo: a Praça Dr. Alcides Marques e o Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Os resultados evidenciam que há pouco espaço na história oficial da cidade dedicado às mulheres, cuja presença era “quase sempre vinculada a uma imagem, docilizada, despossuída de identidade, reflexo da imagem masculina ou ainda discriminada pela lógica da moral cristã [...]” (Fraga, 2016, p. 8).

No artigo intitulado *Patrimônio cultural e história das mulheres: reflexões e possibilidades didáticas*, Jaqueline Aparecida Martins Zarbato (2021) apresenta “indagações e problematizações sobre o saber e fazer das mulheres em sua multiplicidade, sua representatividade, memórias, artefatos e outras manifestações culturais” (Zarbato, 2021, p.698), por meio da articulação entre história das mulheres, ensino e patrimônio cultural — tanto material quanto imaterial. A autora discute a relação entre história das mulheres e o patrimônio, introduzindo o conceito de “patrimônio em feminino”, segundo Zarbato é um conceito recente que se “postula a abordar a superação das desigualdades culturais e de gênero na análise do patrimônio histórico-cultural” (Zarbato, 2021, p.699) e que

a abordagem sobre “patrimonio en femenino” nos aponta para a inclusão das abordagens sobre a contribuição, representações, objetos, coleções femininas imersas no universo cultural. Isso também nos faz analisar as ações e saberes, que podem ser interpretados, ressignificados, com uma rede de concepções que trazem a importância das memórias femininas, das representações culturais, impulsionando, assim, que se ensine história por outro prisma, envolvendo as contribuições das mulheres em espaços históricos, em edificações, em museus, em exposições — em que se pontue a questão da história das mulheres e o patrimônio em âmbito diferencial para as análises históricas (Zarbato, 2021, p.700-701).

Jaqueline Zarbato relata quatro projetos aplicados em escolas públicas: História das mulheres e patrimônio imaterial; História das mulheres e história regional; a cultura e patrimônio afro-brasileiro e as mulheres; Mulheres e museus. Esses projetos foram desenvolvidos nos anos de 2018 e 2019, voltados ao Ensino Médio, com a participação de estudantes de História da

universidade federal vinculados ao programa de bolsa de iniciação à docência, em parceira com professores da rede pública. A partir de “aulas oficinas foram realizadas pesquisas e levantamento de informações sobre as mulheres, as memórias, os museus, os lugares de memória da cidade” (Zarbato, 2021, p.712), além de saídas de campo. Entendeu assim, que o patrimônio cultural

pode ampliar a aprendizagem histórica, principalmente em relação às mulheres, e contribuir com a superação do silenciamento em relação à contribuição feminina em diferentes espaços urbanos. Assim, a representação cultural das mulheres em espaços culturais, urbanos, históricos permite que as pessoas reconheçam o saber/fazer feminino como integrado às ações na sociedade (Zarbato, 2021, p.711).

Colaborando, assim, com uma formação educativa emancipadora, como cita Zarbato (2021, p.213). A relação entre o patrimônio e gênero também é tema do artigo *Problemas de Patrimônio como Problemas de Gênero: Disjunções entre feminismo e cultura popular na Festa de Santo Antônio em Barbalha (CE)*, de Roberto Marques (2020), que “analisa disjunções e conjunções existentes entre as ações dos feminismos no Cariri e o imaginário espacial que modula a patrimonialização da Festa do Pau de Bandeira de Santo Antônio, na cidade de Barbalha (CE)” (Marques, 2020, p.463). A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, realizada em Barbalha, cidade da região do Cariri, no Ceará, foi reconhecida como patrimônio cultural nos anos 2000. Os homens ocupam posição de destaque na celebração, por serem os responsáveis pelas ações em torno do Pau de Bandeira. Já a presença feminina está tradicionalmente associada à fama do santo como casamenteiro, sendo comum que as mulheres busquem uma lasca do pau de bandeira como forma de realizar o desejo de matrimônio. Em 2002, foi criada a “festa das solteironas”, realizada no sábado anterior ao carregamento do pau de bandeira. Em 2019, a Marcha das Mulheres acompanhou os cortejos populares no primeiro dia da festa, o que gerou conflitos com alguns organizadores, que consideravam inadequada a presença das mulheres com suas pautas políticas no evento. O ponto de tensão se intensificou na chegada à Igreja do Rosário, onde havia um palanque com autoridades políticas e eclesiásticas.

A partir desse episódio, o autor discorre sobre o Cariri como espaço simbólico, considerando a memória coletiva, o processo de patrimonialização da festa e as relações de gênero que se manifestam nela e a partir dela. A Frente de Mulheres “denunciavam casos de violência doméstica e feminicídio frequentes naquela cidade e na região do Cariri. Apontavam a inexistência de

equipamentos públicos de combate à desigualdade de gênero em Barbalha, [...]” (Marques, 2020, p. 464). Dessa forma, as mulheres buscaram ressignificar as memórias da festa — tradicionalmente associadas à busca feminina pelo casamento — e da própria região do Cariri, ao denunciar as violências sofridas e disputar os espaços públicos como sujeitos políticos e históricos.

No artigo *Cantilenas de Goiás: memória, gênero e patrimônios das culturas negras na obra de Regina Lacerda*, Paulo Britto Prado (2017) tem como objetivo problematizar as obras da folclorista goiana Regina Lacerda, a partir dos conceitos de memória, gênero e patrimônio afro-brasileiro presentes em seus escritos. O autor descreve a trajetória de Regina Lacerda e analisa suas obras, destacando a centralidade da presença feminina, principalmente das mulheres negras, como as carregadeiras de água, quitandeiras e lavadeiras, que ganham destaque nos escritos da autora. Segundo Prado (2017, p.237) “às diferentes temáticas presentes em sua obra, nos oferecem importantes impressões acerca das identidades, dos jogos de gênero, das contra memórias, da cultura e do patrimônio em Goiás”. Ao abordar as carregadeiras de água, Regina Lacerda desestabiliza as noções de patrimônio, evidenciando seus limites, silenciamentos e exclusões. Essa perspectiva amplia a compreensão do patrimônio, incorporando outras existências, como as das mulheres e, em especial, das mulheres negras. Nesse sentido, “[...] Regina e as mulheres que elegeram em sua obra folclórica nos alertam para pensarmos o patrimônio como um processo” (Prado, 2017, p.238). Para o autor, a obra de Regina evidencia a existências das mulheres, rompendo com os preceitos patriarcais e retirando-as — junto de seus legados — das sombras da história e do patrimônio (Prado, 2017).

O ofício das doceiras em Goiás é o tema abordado por Egrimont Wagner Teixeira Neto, Filipe Augusto Couto Barbosa e Janine Helfst Leicht Collaço no artigo *Patrimônio e identidade regional: tradições doceiras em perspectiva*, publicado em 2021. Os autores exploram aspectos da história e da cultura da cidade, destacando o patrimônio alimentar como elemento central na construção da identidade das comunidades, a partir dos saberes e práticas da cozinha típica, especialmente os doces produzidos por mulheres. Para isso, os autores articulam as tradições doceiras de Goiás com o registro patrimonial das Doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas no Rio Grande do Sul. A partir de entrevistas orais com quatro doceiras: Dona Inês, Dona Rita, Dona Augusta e Dona Josefina; buscaram “desenhar uma imagem de doceira menos

romantizada, revelando os motivos reais que levaram essas mulheres a assumirem o ofício, muitas vezes relacionados à luta por sobrevivência ou para se manter a família" (Teixeira Neto; Barbosa; Collaço, 2021, p.122). O artigo também destaca a relação entre os doces e o turismo, evidenciando que os produtos confeccionados pelas doceiras entrevistadas são amplamente consumidos por visitantes, o que reforça o papel do patrimônio alimentar como expressão cultural e fonte de sustento econômico.

Outra prática envolvendo patrimônio é o Núcleo de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (NUMEE), criado em 2007, que conta com um laboratório voltado à análise da produção cultural relacionada ao curso, além de desenvolver acervos museológicos. É justamente sobre as potencialidades museológicas do acervo da Escola de Enfermagem que Sidélia Santos Teixeira se debruça no artigo *Patrimônio e Mulheres: O Caso da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia* (2011). A autora destaca que o acervo do NUMEE é composto, até o momento, pelas seguintes coleções: "elaborados e informatizados: a minuta de um livro de inventário", embora o acervo ainda enfrentasse dificuldades quanto à conservação, à continuidade das atividades e à ausência de políticas institucionais voltadas à preservação museológica.

Ao longo do artigo, Teixeira discorre sobre o acervo Escola de Enfermagem, abordando também aspectos da história do curso. A autora, ressalta que os estudos sobre esse acervo ainda precisam ser aprofundados, pois contribuem significativamente para as discussões sobre patrimônio e gênero, ao evidenciar o papel das mulheres na enfermagem e na Universidade Federal da Bahia. Trata-se, segundo ela, da "a construção de uma história permeada de lutas, dificuldades e conquistas de uma categoria profissional que precisava afirmar-se no campo da biomedicina, no quadro da Universidade e das sociedades baiana e brasileira" (Teixeira, 2011, p.48).

O conjunto dos oito artigos analisados corrobora os apontamentos de Smith (2006; 2008; 2021), ao evidenciar que as articulações entre os temas patrimônio, material e imaterial, e mulheres revela desigualdades representativas nas relações sociais, bem como a urgência na produção do conhecimento sobre os efeitos do Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo de Vassallo (2018) explana a importância do movimento feminista na criação de espaços e arquivos voltados à salvaguardar da história e do patrimônio das mulheres. Evidenciando, assim, o que Smith (2008) afirma ao destacar que o gênero é frequentemente tratado como um problema exclusivo das mulheres. Sem a articulação e a luta feminista para evidenciar a história feminina, esta permaneceria invisibilizada. Scarparti (2003) parte da discussão sobre a produção e o espaço das mulheres na divulgação do conhecimento acerca do patrimônio. Embora o enfoque do autor esteja entre os anos de 1937 e 1966, sua análise permite indagar como essa questão se apresenta atualmente. Teríamos avançado nesse aspecto nas principais revistas de patrimônio? E, além disso, como se configura a presença das mulheres nas instituições voltadas à gestão do Patrimônio Cultural? Tais questões são relevantes para futuras pesquisas, sobretudo considerando que o DAP atua predominantemente nas instituições de gestão patrimonial (Smith, 2008). Torna-se necessário que as mulheres — assim como outras populações historicamente não contempladas — tenham acesso à gestão e ao status de especialistas em patrimônio, como forma de combater o DAP e promover a equidade nesse campo.

Nos artigos de Fraga (2016) e Zarbato (2021), observa-se uma articulação entre patrimônio e história das mulheres, tanto no que se refere aos arquivos documentais quanto às representações e à participação feminina nos patrimônios culturais e nas instituições que os salvaguardam. Os artigos, além desses aspectos, destacam a importância da educação patrimonial, aproximando os estudantes dos patrimônios locais e problematizando suas relações com as questões de gênero e com a história das mulheres. Ademais, revelam possibilidades de enfrentamento de um dos problemas de gênero apontados por Smith (2008), ao tensionarem o discurso oficial e colocarem as mulheres como ponto central da narrativa patrimonial.

Em Marques (2020), emergem tensões e disputas em torno de um patrimônio cultural no âmbito das relações de gênero. As mulheres, ao denunciarem as violências sofridas durante a celebração da Festa do Paul de Bandeira, rompem com o romantismo e com os papéis tradicionalmente atribuído a elas, possibilitando questionamentos sobre como estão presentes e representadas nos patrimônios. Prado (2017), por sua vez, também problematiza o lugar da

mulher nos patrimônios, ao abordar a literatura como fonte reveladora da sociedade, da cultura e das relações de gênero nela presente. Ambos os artigos são exemplos do segundo problema de gênero no patrimônio apontado por Smith (2008), que trata de como as narrativas históricas nos espaços patrimoniais podem reforçar estereótipos de gênero.

O artigo de Teixeira Neto, Barbosa e Collaço (2021), tem como foco o patrimônio alimentar, especificamente o ofício de doceiras, uma função predominantemente feminina. No entanto, não apresenta uma discussão direta sobre a relação entre patrimônio e mulheres, como ocorre nos demais artigos. De modo semelhante, Teixeira (2011), ao discutir o acervo da enfermagem, concentra-se nas potencialidades museológicas do acervo, sem abordar diretamente a perspectiva de gênero, apesar de seu título ser patrimônio e mulheres.

De diferentes formas, os artigos analisados revelam as complexidades e os desafios que envolvem a relação entre mulheres e patrimônio, apontando invisibilidades e negligências que também são frutos do DAP. Ao mesmo tempo, evidenciam as potencialidades de pesquisas, discussões e problematizações que podem ser exploradas ao investigar como as mulheres se relacionam com o patrimônio, contribuindo para a construção de novos discursos que confrontem o DAP.

O levantamento de dados revelou que ainda há poucas produções sobre a temática “mulheres e patrimônio”, sendo necessário fomentar pesquisas e aprofundar problematizações nesse campo. Ressalta-se que este artigo integra uma pesquisa de tese em andamento, que aborda o corpo biográfico de mulheres universitárias e o Patrimônio Cultural. Espera-se, portanto, que tanto a pesquisa quanto este artigo contribuam para o avanço das discussões sobre mulheres e patrimônio.

REFERÊNCIAS

CANUTO, Lívia Teixeira; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. MÉTODOS DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA NOS ESTUDOS CIENTÍFICOS. *Psicologia em Revista*, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 83-102, 13 abr. 2020. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.1678-9563.2020v26n1p82-100>.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas. *Educação & Sociedade*, [S.L.], v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302002000300013>.

MULHERES E PATRIMÔNIO: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS
PUBLICADOS NO BANCO DE DADOS PERIÓDICOS DA CAPES

FRAGA, H. J. O patrimônio sob o enfoque de gênero: perspectivas para a educação em cidades históricas. In: *XVIII Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire*, 2016, Jaguarão, RS. *Fronteiras Freireanas: Diálogos e Trajetórias*. Jaguarão, RS: UNIPAMPA, 2016. v. 1. p. 1-13.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020*. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11863/1/TD_2866_Web.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

MARIE CLAIRE. Olimpíadas: quem são as 10 mulheres que ganharam estátuas no Rio Sena na cerimônia de abertura. *Revista Marie Claire*. 26 jul. 2024. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/cultura/noticia/2024/07/olimpiadas-mulheres-que-ganharam-estatuas-rio-sena-cerimonia-de-abertura.ghtml>. Acesso em: 05 dez. 2024

MARQUES, Roberto. Problemas de patrimônio como problemas de gênero: disjunções entre feminismo e cultura popular na festa de Santo Antônio em Barbalha (CE). *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 463-491, 30 dez. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2020.56792>.

MATTES, Anita; GUSSO, Luana de Carvalho Silva. Um patrimônio não nasce, torna-se: a mulher no patrimônio imaterial brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia; PIOVESAN, Flávia; RABELO, Cecília Nunes; BARBOUR, Vivian (Coord.). *Mulheres, Direito e Protagonismo Cultural*. São Paulo: Almedina, 2022, p.75-95.

PRADO, Paulo Brito do. Cantilena de Goiás: memórias, gênero e patrimônios das culturas negras na obra de Regina Lacerda. *Mosaico*, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 235-250, 27 maio 2017. Pontifícia Universidade Católica de Goiás -PUC Goiás. <http://dx.doi.org/10.18224/mos.v9i2.4962>.

ROMANOWSKI, PAULIN J.; ENS, TEODORA R. AS PESQUISAS DENOMINADAS DO TIPO “ESTADO DA ARTE” EM EDUCAÇÃO. *Revista Diálogo Educacional*, [S. I.], v. 6, n. 19, p. p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 7 dez. 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 5-6, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21002007000200001>.

SCARPATI, Riler Barbosa. Mulheres e o debate público sobre patrimônio no Brasil (1937-1966). *Revista Tempo, Espaço, Linguagem (Tel)*, [S.L.], v. 14, n. 1, 2023. GN1 Sistemas e Publicações Ltd. <http://dx.doi.org/10.5935/2177-6644.20230010>.

SMITH, Laurajane. *Heritage, Gender and Identity*. In: GRAHAM, B.; HOWARD, P. (Ed.). *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. Routledge, 2008, p.159-178.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio *. *Caderno Virtual de Turismo*, [S. I.], v. 21, n. 2, p. 140–154, 2021. DOI: 10.18472/cvt.21n2.2021.1957. Disponível em:

<https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1957>. Acesso em: 6 dez. 2024.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, 2006.

SORTIRAPARIS, Graziella de. *Estátuas das 10 mulheres de ouro da cerimônia de abertura expostas na Assembleia Nacional*. 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.sortiraparis.com/pt/o-que-visitar-em-paris/exposicao-museu/articles/317627-estatuas-das-10-mulheres-de-ouro-da-cerimonia-de-abertura-expostas-na-assembleia-nacional#:~:text=Durante%20a%20cerim%C3%A3nia%20de%20abertura,expostas%20temporariamente%20na%20Assembleia%20Nacional!>. Acesso em: 05 dez. 2024.

TEIXEIRA NETO, Egrimont Wagner; BARBOSA, Filipe Augusto Couto; COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. PATRIMÔNIO E IDENTIDADE REGIONAL: tradições doceiras em perspectiva. *Vivência: Revista de Antropologia*, [S.L.], v. 1, n. 57, p. 1-5, 2 dez. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/2238-6009.2021v1n57id27404>.

TEIXEIRA, Sidélia Santos. PATRIMÔNIO E MULHERES: o caso da escola de enfermagem da Universidade Federal da Bahia. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 25, n. 1, p. 41-52, jan. 2011.

VASSALLO, Jaqueline. Mujeres y patrimonio cultural. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S.L.], p. 80-94, 13 dez. 2018. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i71p80-94>.

ZARBATO, Jaqueline Ap. Martins. Patrimônio cultural e história das mulheres: reflexões e possibilidades didáticas. *Revista Diálogo Educacional*, [S.L.], v. 21, n. 69, 10 maio 2021. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416x.21.069.ds08>.

Bruna de Souza Medina: Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille). Licenciada em História (Univille).

Raquel Alvarenga Sena Venera: Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille). Pós-Doutora em Educação pela *Université Lille3*, França. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Licenciada e Bacharela em História pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

Texto recebido em: 11/12/2024

Texto aprovado em: 12/09/2025